exercício 2012, de responsabilidade do recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2015, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante, e a seguir, para distribuição.

Belém, 13 de janeiro 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600024-00

PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE OUREM.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO 27.265 QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DA CÂMARA - EX. 2008 Principal Prestação de Contas Processo nº 540022008-00 (201002224-00)

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por MÁRIO FERNANDO SIMÕES DOS SANTOS JUNIOR, contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.265, de 02/07/2015, que, através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas da Câmara Municipal de Ourém, exercício 2008, de responsabilidade do recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado e para distribuição.

Belém, 14 de Janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO N.º 201600025-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA. ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.031, DE 23/06/2015, QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DO FUNDO - EX. 2006

Principal Prestação de Contas Processo nº 013982006-00 (201005711-00/201005710-00)

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por ANA MARIA BATISTA MARTINS, Ex-Presidente, neste ato representada por seu advogado (Procuração às fls. 17), contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.031, de 23/06/2015, que através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba, no período de 01/09/2006 a 31/12/2006, de responsabilidade da recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante legal, e a seguir para distribuição.

Belém, 14 de Janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600030-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA DE PEDRAS.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.697, QUE JULGOU PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL - EX. 2012

Principal Prestação de Contas Processo nº 572012012-00

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por MARIA ALICE

MARTINS TAVARES, Ordenadora, contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.697, de 22/09/2015, que através de Decisão Plenária, decidiu pela reprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Ponta de Pedras, exercício 2012, de responsabilidade da recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, a seguir, para distribuição.

Belém, 19 de Janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600031-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMETÁ.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.138 QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DO FUNDO - EX. 2006.

Principal Prestação de Contas Processo nº 214192006-00 (200704997-00)

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por JOSÉ WALDOLI FILGUEIRA VALENTE, neste ato, representado por seu Advogado, contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.138, de 30/06/2015, que, através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas do Fundo Municipal, exercício 2006, de responsabilidade da recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é intempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 28/08/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, desobedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias. Outrossim, nada obsta que o recorrente suscite suas razões novamente em tempo oportuno para análise posterior.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, INADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria, para comunicar o interessado, bem como seu representante legal.

Belém, 13 de Janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600043-00

PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANESIA DO PARA.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.824, DE 08/10/2015, QUE JULGOU PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARO - EX. 2013

Principal Prestação de Contas processo nº 1140022013-00

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por FLÁVIO BARBOSA DOS SANTOS, contra a decisão contida no Acórdão nº 27.824, de 08/10/2015, que através de Decisão Plenária, decidiu pela reprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Goianésia do Pará, exercício 2013, de responsabilidade do recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante, e a seguir, para distribuição.

Belém, 05 de janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600061-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.031 QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DO FUNDO - EX. 2006

Principal Prestação de Contas Processo nº 013982006-00 (200702312-00)

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por VANILDO SILVA MACIEL, Ex-Secretário, contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.031, de 23/06/2015, que, através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba, exercício 2006, de responsabilidade da recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado e para distribuição.

Belém, 14 de Janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO N.º 201600063-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABEL FIGUEIREDO.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.794, DE 06/10/2015, QUE JULGOU PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABEL FIGUEIREDO - EX. 2012

Principal Prestação de Contas processo nº 1073142012-00

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por EDMIR SANTIAGO MACIEL, neste ato representado pelo seu advogado (procuração à fl. 11), contra a decisão contida no Acórdão nº 27.794, de 06/10/2015, que através de Decisão Plenária, decidiu pela reprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Abel Figueiredo, exercício 2012, de responsabilidade do recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2015, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º do art. 69 da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante, e a seguir, para distribuição.

Belém, 14 de janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES

PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600102-00

PROCEDÊNCIA: SESAN/SESUR.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.705, DE 22/09/2015, QUE JULGOU PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS DA SESAN/SESUR DE BELEM - EX. 2006

Principal Prestação de Contas processo nº 140122006-00

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por NATANAEL ALVES DA CUNHA, contra a decisão contida no Acórdão nº 27.705, de 22/09/2015, que através de Decisão Plenária, decidiu pela reprovação da prestação de contas da SESAN/SESUR de Belém, exercício 2006, de responsabilidade do recorrente. É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 23/11/2015 e o recurso interposto em 05/01/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante, e a seguir, para distribuição.

Belém, 13 de janeiro de 2016.

CONS. CEZAR COLARES-PRESIDENTE-TCM

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE RECURSO ORDINÁRIO**

PROCESSO Nº 201600144-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TIMBOTEUA.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.387 QUE JULGOU REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS